

Cabral diz a Líderes o que já fixa limite de área para reform

06B P.2

22.08.87 ANE

BRASÍLIA — A fixação de um limite mínimo para que o imóvel seja desapropriado foi a principal novidade anunciada ontem, durante reunião com líderes de todos os partidos, pelo Relator Bernardo Cabral para o capítulo da reforma agrária que, no entanto, permanece em aberto, já que não houve acordo sobre a imissão imediata na posse da terra.

Cabral anunciou que pretende aproveitar ainda os dispositivos de reforma agrária previstos na Carta em vigor. De acordo com seus auxiliares, a fixação do limite mínimo é uma tentativa de neutralizar a ação da UDR, que atualmente tem o apoio maciço dos pequenos proprietários rurais contra a reforma.

Cabral expôs outros 11 pontos polêmicos sobre os quais já se decidiu. Na reunião marcada para que apresentasse suas propostas sobre os temas mais controvertidos, Cabral chegou a confundir as lideranças ao dar várias soluções para um só problema, casos da reforma agrária e do sistema de Governo.

Na presença do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e do Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e de todos os Líderes do PMDB, Cabral explicou às lideranças dos demais partidos que o texto da reunião, que só ele conhecia, era apenas um esboço de seu substitutivo. Esclareceu ainda que o trabalho que vai apresentar amanhã a Ulysses será ainda um primeiro substitutivo. O definitivo resultará das emendas que irá receber na próxima semana.

Os Líderes estavam ansiosos por conhecer o substitutivo e ficaram frustrados quando souberam que não seriam distribuídas cópias.

— Esta não é a reunião ideal, mas é a possível. O ideal era discutir a proposta com o texto na mão. E só entre nós, os Líderes e o PMDB, sem a presença de assessores, lobbies e jornalistas — comentou o Vice-Líder do PDS Bonifácio de Andrada.

Cabral disse ainda que apesar das pressões sofridas por diversos setores da sociedade e de políticos, seu substitutivo estava imune às tentativas de influência. Sobre a observação do Líder do PDT, Brandão Monteiro, de que ele estava conversando com muita regularidade com os Mi-

nistros do Exército e da Aeronáutica, garantiu que tampouco aceitará pressões militares.

A seguir, os pontos definidos:

● Empresa nacional — Mantém o conceito abrangente aprovado na Comissão da Ordem Econômica, e cria a figura da empresa brasileira de capital estrangeiro, que receberá tratamento diferenciado das que possuem capital unicamente nacional.

● Jornada de trabalho — Fica para a legislação ordinária.

● Estabilidade — Encampada a sugestão do Ministro Almir Pazzianotto, de garantias contra a demissão sem justa causa e multa progressiva, a ser paga pelo empregador, proporcional ao tempo de serviço.

● Forças Armadas — Garantirão a ordem constitucional e ficarão subordinadas ao Presidente.

● Sistema de Governo — Parlamentarismo conforme a proposta do Senador Afonso Arinos.

● Autonomia do Distrito Federal — Eleição para Governador.

● STF — É transformado em tribunal constitucional. Um Superior Tribunal de Justiça julgará as causas hoje afetas ao STF.

● Seguridade — É mantido o artigo que implicava a extinção do Sesc, Sesi, Senai e Senac. É criado o orçamento de seguridade social que des-

tinará recursos para o setor.

● Salário-educação — No capítulo das disposições transitórias será fixado um percentual do orçamento plurianual para financiá-lo.

● Saúde — Ficam mantidos o sistema único de saúde e o poder do Estado de intervir nos serviços de saúde privado e estabelecidas as origens dos recursos que financiarão o sistema, desvinculado de dotações orçamentárias da União.

● Comunicação — As empresas de rádio e TV só poderão pertencer a brasileiros natos e naturalizados. As concessões de rádio e TV permanecem como prerrogativas do Executivo, ouvido o Legislativo, que terá como órgão auxiliar o Conselho Nacional de Comunicação, cuja composição e atribuição serão decididas pela lei ordinária.

● Anistia — Mantido o disposto na emenda 26/85.

A pedido dos Líderes, Cabral esclareceu outros pontos: foi mantido o voto distrital misto, a aposentadoria de homens e mulheres será aos 35 anos de serviço, o alistamento militar continuará aos 18 anos, servidores públicos terão direito à sindicalização, é consagrada a unicidade sindical e o Estado de Defesa fica conforme aprovado pela comissão temática.

Relatores recusam idéias de juristas

BRASÍLIA — A decisão do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, de acatar propostas de assessores do PMDB — basicamente dos juristas José Afonso da Silva e José Ferraz —, foi repelida por alguns dos relatores adjuntos, entre eles os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Konder Reis (PDS-SC). Para Sandra, não faz sentido o Relator incorporar propostas de "dois corpos estranhos à Constituinte" ao substitutivo que está sendo elaborado por um grupo de políticos eleitos para esta tarefa.

— É estranho — comentou a Deputada — Estamos trabalhando como loucos há sete meses, praticamente sem descanso, colaborando com o Relator, com a maior boa vontade, para chegar a um texto que contemple os anseios da sociedade que nos elegeu. De repente, chegam aqui dois juristas, dos mais respeitados, reconhecem, e apresentam um projeto completo de Constituição e Cabral acata muitos dos dispositivos propostos por eles.

A Deputada estava muito irritada com a atitude do Relator. E dizia a seu companheiro Konder Reis e ao Líder do seu partido, José Lourenço:

— Podem ir lá ver o que Cabral está lendo. É o "Hércules", trabalho feito por um grupo que começou com 32 constituintes e no fim já contava com mais de 80.

Como havia informado o Senador José Richa (PMDB-PR), o grupo de fato preparou um substitutivo próprio, com cerca de 170 artigos, que será desmembrado por capítulos e apresentado em forma de emendas a partir de segunda-feira. Sandra Cavalcanti informou ainda que ontem foi realizada uma reunião na residência de Cid Carvalho, na qual um grupo de constituintes decidiu apoiar a emenda Arinos — com implantação do parlamentarismo logo após a promulgação da Constituinte — como prevê o projeto "Hércules" — e votar contra as proposições de Cabral que fuja das propostas defendidas pelo grupo, que ela afirma ser expressivo.